



REVISITANDO OS FUNDAMENTOS DA “QUESTÃO SOCIAL”

LOURENÇO, Carolina de Miranda Evangelista¹

RESUMO: O objetivo desse artigo é aprofundar teórica e metodologicamente a compreensão em torno do conceito “questão social” e a dinâmica capitalista que, não somente promove mas é parte constitutiva a exploração da força de trabalho pelo capital. Demonstramos o aparecimento da “questão social” no momento que emerge o capitalismo e, conseqüentemente, o surgimento das manifestações da “questão social”. Na sequência, apontamos as principais categorias que explicam como a exploração da força de trabalho se torna basilar no modo de produção capitalista. Enquanto caminho metodológico, utilizamos a pesquisa de natureza qualitativa por meio de uma revisão bibliográfica. Os estudos bibliográficos foram baseados nos autores do Serviço Social e autores das ciências sociais, que vinculam suas pesquisas na crítica da Economia Política.

PALAVRAS-CHAVE: “Questão Social”; Trabalho; Capitalismo.

INTRODUÇÃO

Partimos do entendimento teórico e metodológico de Lamamoto (2014) que sinaliza a “questão social” como *matéria prima* do serviço social como profissão no marco do capitalismo monopolista², quando tornam-se latentes as manifestações da “questão social” na sociedade.

¹ Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Docente da Graduação em Serviço Social da Unifael. E-mail: carolina_miranda93@live.com. Telefone: (41) 9.9198-0101.

² Apresentam-se, sinteticamente algumas características da forma como o capitalismo se organiza em sua fase monopólica: “a) os preços das mercadorias (e serviços) produzidas pelos monopólios tendem a crescer progressivamente; b) as taxas de lucro tendem a ser mais altas [...]; c) a taxa de acumulação se eleva, acentuando a tendência descendente da taxa média de lucro e a tendência ao subconsumo; d) o investimento se concentra nos setores de maior concorrência [...]; e) cresce a tendência a economizar trabalho ‘vivo’, com a introdução de novas tecnologias; f) os custos de venda sobem, com um sistema de distribuição e apoio hipertrofiado. Dois outros elementos típicos da monopolização fazem seu ingresso aberto no cenário social. O primeiro deles diz respeito ao fenômeno da supercapitalização: o montante de capital acumulado encontra crescentes dificuldades de valorização; num primeiro momento, ele é utilizado como forma de autofinanciamento dos grupos monopolistas; em seguida, porém, a sua magnitude excede largamente as condições imediatas de valorização [...]. As dificuldades progressivas para a valorização são contornadas por inúmeros mecanismos, [...], de um

Dessa forma, o Serviço Social se insere na divisão social do trabalho como uma profissão interventiva nas manifestações da vida social no contexto sócio histórico do capitalismo. No cotidiano profissional, o Assistente Social se depara com as manifestações da “questão social” travestidas de demandas, as quais podem ser: desemprego, pobreza, insegurança alimentar e a fome, trabalho infantil, formas de violência – ou seja, são expressões que resultam das relações sociais que tem como viés estruturante, a exploração.

Por esse motivo que se faz necessário a compreensão das categorias históricas que envolvem o *conjunto de complexos* (MARX, 1978, p. 116) que determinam o desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Mas devemos alertar que essa compreensão foi sendo construída a partir do final da década de 1970, momento que iniciam o processo de ruptura do Serviço Social (NETTO, 2005) com a perspectiva conservadora e as bases tradicionalistas da profissão. Dessa forma, o debate teórico e metodológico foi sendo construído passo a passo em torno do conceito “questão social” buscando compreender à “dinâmica contraditória e macroscópica da sociedade” (NETTO, 2005, p. 302).

Ao longo dos últimos trinta anos, o Serviço Social brasileiro consolidou suas bases teóricas e metodológicas e, conseqüentemente, ético e política em um *dever ser* da profissão que possui como direcionamento o Projeto Ético-Político da Profissão. O projeto profissional em tela “determinou a opção por uma direção social estratégica para a profissão com profundas refrações no exercício profissional, na formação profissional e na organização política dos assistentes sociais” (MOTA; AMARAL, 2016, p. 30).

Nessa conjuntura, o debate acerca do conceito “questão social” assume centralidade na agenda do Serviço Social brasileiro desde a aprovação das Diretrizes Curriculares que orientam a formação profissional, de 1996 até o momento.

Muito embora esteja presente neste e em muitos outros textos acadêmicos, não há consenso³ na discussão teórico-metodológica do conceito “questão social”. Mas como *síntese de muitas determinações* (MARX, 1978, p. 116) o conceito “questão social” sinaliza que há uma dinâmica na ordem burguesa que promove a exploração da força de trabalho pelo capital

lado, a emergência da indústria bélica [...] do outro, a contínua migração dos capitais excedentes por cima dos marcos estatais e nacionais, e, enfim, a ‘queima’ do excedente em atividades que não criam valor [...]. E o segundo elemento a destacar aqui é o parasitismo [...] que dever ser tomado por dois ângulos. Por um, ao engendrar a oligarquia financeira e ao divorciar a propriedade da gestão dos grupos monopolistas [...]; por outro lado, e só parcialmente em relação à ‘queima’ do excedente acima mencionada, [...] multiplicando ao extremo não só as atividades improdutivas stricto sensu, mas todo um largo espectro de operações que, no ‘setor terciário’, tão-somente vinculam-se a formas de legitimação do próprio monopólio” (NETTO, 2011, p. 20-23. Grifo do autor).

³ Cabe mencionar as Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social da ABESS/CEDEPSS de 1996. Soares (2012); Revista Temporalis n. 3 de 2001; Revista Temporalis n. 15 de 2015; Revista Temporalis n. 42 de 2021; Revista Praia Vermelha n.10 de 2010; Revista Ser Social n. 50 de 2022.

e que precisamos desvendar as categorias determinantes, para que possamos combatê-las e negá-las. Aqui, reside a *unidade do diverso* (MARX, 1978, p. 116).

As análises realizadas no desenvolvimento desse artigo se ancoram no método crítico-dialético que “consiste em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus fundamentos, os seus condicionamentos e os seus limites – ao mesmo tempo em que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais” (NETTO, 2011, p. 18).

Enquanto caminho metodológico, utilizamos a pesquisa de natureza qualitativa por meio de uma revisão bibliográfica. Os estudos bibliográficos foram baseados nos autores do Serviço Social e autores das ciências sociais, que vinculam suas pesquisas na crítica da Economia Política.

Nesse artigo, apresentamos os aspectos históricos do conceito “questão social” e principalmente, esclaremos que o conceito sinaliza uma dinâmica na sociedade capitalista que promove a exploração da força de trabalho pelo capital.

1 BASES HISTÓRICAS E TEÓRICO-METODOLÓGICA DO CONCEITO “QUESTÃO SOCIAL”

Mencionar a “questão social” neste trabalho, torna-se fundamentalmente importante devido ao serviço social brasileiro ser uma profissão que se insere particularmente nas relações sociais de produção num momento onde o capitalismo atinge sua fase monopólica, intervindo nas expressões da “questão social”.

Sem dúvidas, o termo “questão social” surgiu a cerca de 200 anos, mais precisamente no século XIX, para dar conta de uma manifestação que estava aflorando na Inglaterra em fins do século XVIII, com a Primeira Revolução Industrial, que se consolidou até a contemporaneidade, a pauperização⁴.

Trata-se de um fenômeno até então jamais visto e vivido pela classe trabalhadora, o autor José Paulo Netto destaca que, “se não era inédita a *desigualdade* entre as várias camadas sociais, se vinha de muito longe a *polarização* entre ricos e pobres, se era

⁴ Segundo Meirelles, “é de conhecimento geral que a pauperização da classe trabalhadora pode ser absoluta ou relativa. A pobreza absoluta é um conceito equivalente ao que se denomina pobreza extrema, ou seja, o aviltamento das condições materiais de sobrevivência de um ser humano ou de sua família. Neste caso, a medição é realizada por meio da renda auferida pelo trabalhador (renda do trabalho) ou pela renda da família (preferencialmente a renda per capita), avaliando-se em que medida estes sujeitos conseguem adquirir a cesta básica de consumo para satisfação de suas necessidades imediatas. Já a pobreza relativa, objeto central deste artigo, se refere a um padrão de consumo mais elevado do que a pobreza absoluta e pode ocorrer mesmo diante de algumas melhorias nas condições gerais de vida do trabalhador” (MEIRELLES, 2015, p. 68).

antiquíssima a diferente apropriação e fruição dos bens sociais, era *radicalmente nova* a dinâmica da pobreza que então se generalizava” (NETTO, 2011, p. 153).

No entanto, a pobreza e a desigualdade social não são suficientes para dar as bases para o termo “questão social”. Este novo termo foi cunhado para dar conta, também, dos desdobramentos sócio-políticos dos operários pauperizados. Os movimentos históricos de luta e organização da classe trabalhadora podem ser elencados a partir “da violência *luddista*⁵ à constituição das *trade unions*, configurando uma ameaça real às instituições sociais existentes” (NETTO, 2011, p. 154).

Notadamente, os movimentos de organização realizados até o momento não foram suficientes para que a classe operária construísse a ideologia de classe em si a classe para si. Obviamente, os operários galgaram passos firmes em na mesma medida em que se intensificaram as condições de exploração, todavia, com o fortalecimento da luta de classes e as organizações dos operários tem-se em 1848, o que Netto denomina de “divisor de águas” (NETTO, 2011, p. 154), que é a Revolução de 1848⁶.

De qualquer maneira, chamar a Revolução de 1848 de divisor de águas para a “questão social”, confere a este evento sua fundamental importância para a compreensão da totalidade que engendra a “questão social” e a classe operária. Tendo em vista que, “primeiramente expõe, em sua radicalidade, o antagonismo entre os projetos das duas classes fundamentais do capitalismo. Mostra, com clareza, que a gênese de todos os problemas dos trabalhadores residia na propriedade privada [...] impossibilitando qualquer tipo de aliança com a burguesia” (SANTOS, 2012, p. 42).

⁵ Segundo o historiador Eric Hobsbawm, “os trabalhadores de espírito simples reagiram ao novo sistema destruindo as máquinas que julgavam ser responsáveis pelos problemas; mas um grande e surpreendente número de homens de negócios e fazendeiros ingleses simpatizava profundamente com estas atividades dos seus trabalhadores *luddistas* porque também eles se viam como vítimas da minoria diabólica de inovadores egoístas” (1977, p. 28).

⁶ A autora Santos ao estudar a dinâmica política inerente a “questão social”, traz os seguintes aspectos da Revolução de 1848: “os acontecimentos dos seis primeiros meses de 1848 tiveram lugar na França e foram precedidos pela fundação da ‘Liga dos Comunistas’, em 1847. Tratava-se de uma associação internacional de trabalhadores cujo programa redigido por Marx e Engels – o *Manifesto do Partido Comunista* – expressava, além de uma lúcida análise dos acontecimentos sociopolíticos nos principais centros do capitalismo, também uma clara direção ao movimento que se materializou em 1848. [...] Foi ocasionado pela revolta organizada dos trabalhadores contra a ‘Republica Social’, que haviam ajudado a fundar, numa aliança com setores republicanos da burguesia em oposição à sua facção monárquica. Diferentemente do que ocorrera em 1789 ao perceber, em três meses, a movimentação burguesa esvaziando o conteúdo revolucionário da Republica, os trabalhadores se manifestaram numa tentativa de dissolver a Assembleia Constituinte e retomar os rumos do projeto de reformas políticas originalmente propostas. A tentativa foi massacrada, mas não chegou a desmobilizar os trabalhadores que não queriam ver a história se repetir sem lutar pelos objetivos que, naquele momento, apontavam claramente para outro projeto de sociedade. Sucederam-se então os três dias de guerra civil a que Marx se referiu, entre 23 e 26 de junho de 1848, lamentavelmente sendo finalizados com o desmonte geral do movimento” (SANTOS, 2012, p. 41-42).

De qualquer maneira, este movimento trouxe à luz consequências para a classe trabalhadora mundial, que é a passagem “do proletariado da condição de classe em si a classe para si” (NETTO, 2011, p. 156). E isto, de fato, não é pouco!

Entretanto, a análise marxiana aponta aspectos teóricos que demonstram que a “questão social” é determinada, na sua gênese, com a exploração do trabalho pelo capital. Mais precisamente no capítulo 23 d’ *O Capital*, onde o Marx explica os elementos da “Lei Geral da Acumulação Capitalista”. Sobre isso, Netto alerta que,

[...] a anatomia da “questão social”, sua complexidade, seu caráter de *corolário (necessário)* do desenvolvimento capitalista *em todos seus estágios*. O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” – *diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”*; esta não é uma sequele adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são *indissociáveis* da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A “questão social” é *constitutiva* do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo (NETTO, 2011, p. 157) (Grifo do autor).

Fica claro, portanto, o destaque do autor ao indicar que a “questão social” é vinculada estritamente ao modo de produção capitalista, a sua lei geral da acumulação e as particularidades sócio-política, culturais e nacionais. E conferir uma nova “questão social” devido ao fato do desenvolvimento das forças produtivas em curso, principalmente as transformações societárias de meados da década de 1970, não indica uma “só determinação que resista ao exame rigoroso na esteira da crítica da economia política marxiana” (NETTO, 2010, p. 10). E ainda, imaginar que a supressão da “questão social” sem a supressão da ordem do capital “retrocede ao nível das utopias conservadoras do século XIX, proponentes de novos ‘contratos sociais’ que restabeleçam vínculos de solidariedade no marco de comunidades ilusórias – uma solidariedade naturalmente abstrata (*transclassista*) e comunidades pensadas com o inteiro apagamento dos (novos) dispositivos de exploração” (NETTO, 2010, p. 10).

Para que não ocorra o risco de compreender a “questão social” por um viés que não esteja pautado na teoria marxiana, torna-se necessário, apreender para além dos aspectos até então elencados, outra dinâmica da reprodução ampliada do capital que evidencia a exploração do trabalho pelo capital, que incide no aparecimento da pauperização e desigualdade social, trata-se da *lei geral da acumulação capitalista* e da *lei tendencial da queda da taxa de lucro*.

Para tanto, torna-se fundamental retornar a Marx (2013), nos seus ensinamentos quando aponta que a composição do capital deve ser apreendida sob dois aspectos a do valor e a composição técnica do capital. O aspecto do valor é determinado pela quantidade que o capital irá investir em capital constante (valor dos meios de produção) e capital variável (valor

da força de trabalho – salário). Sabendo que o capital se desdobra em meios de produção e força de trabalho, o aspecto da matéria, irá verificar a proporção entre os meios de produção empregado e a quantidade de trabalho exigida para seu emprego.

O capital constante pode ser representado pela letra “**C**” e representa os meios de produção. O capital variável é representado pela letra **v** e representa a força de trabalho, que, através do seu trabalho excedente cria valor em determinada mercadoria que é apropriado pelos capitalistas, denominado mais-valia. A composição orgânica do capital é a relação entre o capital constante (**C**) e o capital variável (**V**), e as autoras explicam que “a relação entre os dois tipos de capital, por sua vez, se denomina composição orgânica do capital e é representado pela letra *q*” (SOUZA, MEIRELLES; LIMA, 2016, p. 45).

De fato, a história revela que a composição orgânica do capital pode oscilar diante do avanço científico e tecnológico, ampliando o grau de mecanização/automação das empresas, sobre isso, os autores Netto e Braz explicam que “a composição do capital é **alta** quando é maior a proporção do capital constante e **baixa** quando é maior a do capital variável” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 102) (Grifo dos autores).

Entretanto, os capitalistas não diferem os gastos com meios de produção ou força de trabalho, tanto o capital constante quanto o capital variável estão situados no mesmo patamar de despesas, por isso devem ser considerados no âmbito do valor, e sua valorização acontece quando se materializa a taxa de lucro⁷, que “é a forma metamorfoseada com que a mais-valia aparece ao capitalista” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 157).

De fato, compreende-se que a taxa de lucro só é materializada “se acrescentarmos a mais-valia. [...] A taxa de mais-valia equivale ao trabalho excedente sobre o trabalho necessário” (SOUZA, MEIRELLES; LIMA, 2016, p. 46).

De qualquer maneira, o que interessa aos capitalistas é a apropriação privada das taxas de lucro, e para que isto materialize-se os detentores dos meios de produção devem reduzir ao máximo o custo de sua mercadoria final para inseri-la no processo de circulação. Para tanto, a composição orgânica deve ser alta e estar em constante crescimento para que se obtenham maiores taxas de lucro e, assim, enfrentar a intensa concorrência entre os próprios capitalistas.

Este movimento complexo do capital supõe outras determinantes como a concentração e centralização do capital. Concentração pois, conforme o maior investimento em capital constante, maior deverá ser o acúmulo do capital, através da mais-valia relativa,

⁷ Lembrando que, a taxa de mais-valia não pode ser confundida com a taxa de lucro, devido a primeira medir a taxa de exploração no processo produtivo. Portanto, para o capitalista a fórmula expressa a taxa de lucro é a seguinte, $c + v + m =$ valor de troca de uma mercadoria. Sobre a fórmula, Netto & Braz explicam “o valor de troca de uma mercadoria qualquer se exprime [por esta] fórmula, [...] isto é, o tempo de trabalho morto (contido em **c**, capital constante) mais o tempo de trabalho vivo (**v**) e a mais-valia que nele o trabalhador cria (**m**)” (2012, p. 161).

para tornar este processo uma renovação incessante. E centralização para que os capitalistas consigam abranger inúmeros capitais que já estão no mercado para obtenção de maiores taxas de lucro, Netto e Braz (2012) citam como exemplos deste processo os "cartéis, trustes e holdings" (NETTO; BRAZ, 2012, p.143).

Os *cartéis* representam a associação de empresas do mesmo ramo de produção para o nivelamento de suas taxas de lucro, não dando oportunidade de livre escolha ao consumidor final, que em sua maioria é a classe trabalhadora.

O *truste* é a fusão de empresas do mesmo ramo de produção, com o objetivo de nivelar as taxas de lucro e eliminar possíveis concorrentes para posteriormente dominar o mercado. Por fim, os *holdings* que controlam a maioria de ações de várias outras empresas de distintos ramos produtivos.

Não obstante, a taxa de lucro ainda tem que enfrentar a lei tendencial da sua queda, pois, o desejo incessante de acumular altas taxas de lucro em escala cada vez mais ampliada, correlacionado a concorrência intercapitalista, faz com que os capitalistas invistam cada vez mais em capital constante, aliando-se a mais-valia relativa, para que não haja o detrimento das taxas de lucro. Deste modo Ernest Mandel (1962) explica que,

[...] a taxa de lucro enfrenta a lei tendencial da queda de sua taxa, resultando no fluxo e refluxo dos capitais, que afluem para os setores onde os lucros são mais elevados que a média e refluem dos setores onde os lucros são mais baixos. O refluxo de capitais reduz a produção e cria uma queda de mercadorias em determinado ramo, fazendo, por conseguinte, cair os preços e os lucros. Pelo contrário, o afluxo de capitais provoca em outros setores uma concorrência exacerbada e faz baixar os preços e os lucros. E no conjunto dos setores a consequência da concorrência dos capitais e das mercadorias, se alcança, pois, uma taxa média de lucros (MANDEL⁸, 1962 apud MEIRELLES, 2014, p.43).

A dinâmica do modo de produção capitalista impõe como ordem máxima a obtenção das taxa de lucro, ou seja, um movimento ampliado e permanente de acumulação privada, para isto, os detentores dos meios de produção objetivarão realocar maior investimento no capital constante em detrimento do capital variável, ao cabo que, elevará a composição orgânica do capital.

Para tanto, os capitalistas incorporarão no seu processo produto inovações tecnológicas e científicas determinando nos padrões de sofisticação nos meios de produção, substituindo rigorosamente a força de trabalho pela implementação massiva de maquinários, para que ao final da complexa dinâmica do capital possa obter a taxa de lucro. Por isso, os autores Netto e Braz explicam,

⁸ MANDEL, Ernest. **Tratado de Economia Marxista**. Tomo I. México. Ediciones Era, 1962.

[...] um capitalista inovador introduz um método produtivo que reduz seus custos e, assim, ao vender sua mercadoria ao preço de mercado, apropria-se de uma mais valia adicional: o novo método, reduzindo o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir a mercadoria, reduz-lhe o valor, mas os capitalistas que não dispõem desse método mantêm o preço acima daquele valor – é desse diferencial que se aproveita o capitalista inovador (NETTO; BRAZ, 2012, p. 165).

Evidentemente, que “as taxas de lucro variam entre empresas do mesmo ramo e entre empresas de ramos diferentes” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 157), devido a composição orgânica do capital da empresa, ou seja, o investimento que os capitalistas direcionam para o investimento em capital constante em detrimento do capital variável.

A elevação da composição orgânica do capital, altera significativamente a totalidade da vida da classe trabalhadora, pois, o capital promove a criação de um contingente de trabalhadores disponíveis ao mercado, para vender a única mercadoria capaz de prover seus meios de subsistência, sua força de trabalho. Esta nova dinâmica mina a solidariedade entre os trabalhadores e construção da ideologia de classe, de pertencimento a classe trabalhadora.

A nova realidade promove concorrência entre os próprios trabalhadores, tendo em vista que, os trabalhadores que estão empregados se veem acorrentados a exploração intensificada dos processos produtivos, pois o medo de integrar o contingente de trabalhadores disponíveis é maior que o medo de não prover os meios de subsistência para si e sua família.

Quanto aos trabalhadores disponíveis aceitam sujeitar-se a exploração ainda maior e intensa que estão afiançadas aos novos contornos da composição orgânica do capital. Neste momento, é possível vislumbrar o caráter antagônico da acumulação capitalista, pois “ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital” (MARX, 2013, p. 721), ou seja, na mesma medida em que ela promove miséria, pauperização e desigualdade social para os trabalhadores, ela promove na mesma linha direta riqueza e poder para os capitalistas. Marx destaca que,

[...] se uma população excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua conta própria. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado (MARX, 2013, p. 707).

Nesse sentido, Rosdolski⁹, analisa que para Marx, o exército industrial de reserva é "um processo dialético de criação e supressão simultâneas do trabalho necessário por parte do capital" (RODOLSKI, 2001, p. 212 apud SOUZA, MEIRELLES; LIMA, 2016, p. 52).

Observa-se, que o modo de produção capitalista altera a dinâmica da vida social da classe trabalhadora, pois, o capitalismo cria as condições para possuir uma série de despossuídos ao seu dispor, utilizando a classe trabalhadora como fantoche, usufruindo-a e desperdiçando-a conforme sua necessidade.

O exército industrial de reserva infere diretamente na organização coletiva da classe trabalhadora e para a desarticulação da luta de classe, tendo em vista que, a organização sócio-política da classe trabalhadora é capaz de revolucionar os processos produtivos exploratórios, sendo assim, o capital possui uma "pedra preciosa" capaz de desarticular a única força capaz de promover a destruição deste modo de produção, pautado na exploração.

O exército industrial de reserva cumpre seu papel fundamental para o capitalismo monopolista, pois, a criação desta superpopulação como algo que é inerente e estrutural ao modo de produção capitalista, promove, o acirramento no interior da classe trabalhadora, uma competição individualizada e submissão as formas de exploração que o capital impõe, não somente aos trabalhadores de "reserva" mas também, sobretudo, aos que estão vendendo sua força de trabalho.

O autor Chesnais, salienta alguns pontos importantes para a compreensão do exército industrial de reserva, sobre isto, o autor destaca que,

[...] o exército industrial de reserva não é um conjunto homogêneo. A sua divisão em camadas ou em estratos distintos, de acordo com o grau de vulnerabilidade, fica indispensável para que ela preencha a sua função de retenção das altas salariais e de fator importante de disciplina. Vale também para os assalariados mas qualificados, os quais são os mais requisitados pelas empresas e conseqüentemente, permanecem menos tempo desempregado (CHESNAIS, 2008, p. 32).

Fica claro, portanto, que o desajuste estrutural do capitalismo responsável pela criação do exército industrial de reserva é ao mesmo tempo, o seu ajuste, ou seja, os extratos da superpopulação, explicados Marx, são resultados de um modo de produção estruturalmente desajustado para humanidade, mas tal resultado, contribui exponencialmente para o capital manter e/ou ampliar os níveis da sua exploração.

De qualquer forma, o capital sempre buscará alternativas para apropriar-se da riqueza socialmente produzida, em escala ampliada, rompendo as barreiras que criem possibilidades de manifestação da lei tendencial da queda da taxa de lucro. Quando esta lei sobrevém e assola a riqueza dos detentores dos meios de produção, os capitalistas tende a buscar

⁹ ROSDOLSKI, R. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

estratégias cruciais para reverter as taxas de lucro, mas sempre às custas de maior exploração do trabalho pelo capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo procuramos ampliar nosso conhecimento acerca do conceito “questão social” na sociedade capitalista. De modo que, o conceito informa que existe um descompasso na sociedade capitalista que promove exponencialmente a exploração da força de trabalho em detrimento do capital. É justamente aqui, que devemos centrar nossos esforços para compreender essa dinâmica e os resultados dessa conjuntura à classe trabalhadora. Ainda mais, pela conjuntura contemporânea que alargou a banalização do humano e do trabalho pelo capitalismo.

Vimos que, o conceito “questão social” incorpora o desenvolvimento do capitalismo e os movimentos do capital para concentração e centralização de capital através das estratégias que permitem uma ampliação da mais-valia extraída dos trabalhadores. Além do mais, traduz a potência contraofensiva da classe trabalhadora.

Nesse contexto, precisamos compreender os fundamentos históricos e teórico-metodológicos para que possamos nos inserir na divisão sociotécnica do trabalho e criarmos possibilidades coletivas de transição da sociedade capitalista para uma nova ordem societária condicionada a liberdade coletiva.

REFERÊNCIAS

CHESSAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

IMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MANDEL, E. **Tratado de Economia Marxista**. Tomo I. México. Ediciones Era, 1962.

MANDEL, E. **Tratado de Economia Marxista**. Tomo I. México: Ediciones Era, 1962.

MARX, K. Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos. Tradução José Carlos Bruni. In.: GIANNOTTI, J. A. (org.). **Os pensadores**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEIRELLES, G. Á. L. de. Trabalho e “questão social” no Brasil contemporâneo para além da aparência dos indicadores. **Tese** (Doutorado em Serviço Social). Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ESS/UFRJ, 2014.

MOTA, A. E.; ANGELA, S. do A. Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000. In.: MOTA, A. E.; ANGELA, S. do A. (org.). **Cenários, contradições e pelejas no Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, J. P. FHC e a política neoliberal: um desastre para as massas trabalhadoras. In: **III Encontro Internacional Civilização ou Barbárie** (30 de outubro a 1º de novembro de 2010), promovido em Serpa (Portugal), pela Câmara Municipal de Serpa e odiarioinfo, sob a coordenação geral de Miguel Urbano Rodrigues e Catarina Almeida. Disponível em: Acesso em: 05 de jan. de 2019.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

ROSDOLSKI, R. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

SANTOS, J. S. “**Questão Social**”: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SOUZA, D. G. de; MEIRELLES, G. Á. L. de; LIMA, S. M. A. **Capital, trabalho e serviço social (1971-1990)**. Curitiba: Intersaberes, 2016.